



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01: CONTEXTO OPERACIONAL

A Operadora SAÚDE SANTA TEREZA LTDA é uma sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada, com fins lucrativos, sendo seu ramo de atividade a assistência médica através da comercialização de planos de assistência à saúde, com registro a partir de 17 de agosto de 2004, na Agencia Nacional da Saúde.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 02:

As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores. E associados às normas e instruções da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano de Contas Padrão exigido pela ANS, Resoluções da ANS/RN nº 290, alterada pela Resolução Normativa nº 418 de 28 de dezembro de 2016.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

NOTA 03:

A) Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

B) Imobilizado

Os bens constantes do Ativo Imobilizado estão apresentados aos Custo Histórico e a depreciação foi calculada pelo método linear, sobre o valor histórico dos bens, às taxas admitidas pela legislação.

A definição da vida útil econômica dos bens e do valor residual recuperável para identificação do valor depreciável, na forma prevista na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, está na dependência de elaboração de laudo técnico.

C) Créditos a Receber

Os créditos com contraprestações a receber encontram-se reconhecidos pelo valor original de contratação, não superior ao valor de realização.

D) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, de acordo com as exigências da Agência Nacional da Saúde – ANS, sendo registrada para pessoas físicas mensalidades vencidas acima de 60 dias e pessoas jurídicas mais de 90 dias, com base na análise da carteira de recebíveis, em montante considerado suficiente para cobertura da estimativa de perdas que possa ocorrer na realização dos créditos.

E) Redução ao valor recuperável de ativos

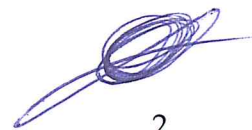
Em conformidade com a NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade de ativos. No que se refere ao ativo imobilizado, destaca-se que em períodos anteriores não foram realizadas reavaliações dos bens e os mesmos sempre foram depreciados pelas taxas permitidas pela Receita Federal do Brasil, o que constitui forte indicativo de que o valor residual contábil não é superior ao valor recuperável, além do que não existem estruturas que não estejam sendo utilizadas e produzindo resultados positivos.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 04: Caixa e Equivalente Caixa

- a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses.

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com



base no regime contábil da competência, remuneradas as taxas que variam de 81% a 100% dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI.

Bancos Conta Movimento	R\$ 86.842,24
Aplicações	<u>R\$ 10.416.142,43</u>
TOTAL	R\$ 10.502.984,67

b) A Operadora possui aplicações vinculadas a Agência Nacional da Saúde - ANS para garantia das provisões técnicas, as quais dependem de autorização para resgate das mesmas e estão assim apresentadas:

Itaú Truste Referenciado DI FICFI	R\$ 2.539.352,94
Investimento Bradesco Platinum	R\$ 83,13
BTG Pactual ANS RF FI	<u>R\$ 7.124.967,63</u>
TOTAL	R\$ 9.664.403,70

NOTA 05: Créditos de Operações de Plano de Saúde

O Valor registrado no balanço na rubrica Créditos de Operações com Plano de Assistência a Saúde, refere-se a mensalidades do plano de saúde a modalidade de planos individuais e coletivos empresarias. Em atenção às normas da Agência Nacional da Saúde a receita é reconhecida no balanço de acordo com o período de cobertura aos usuários, sendo o valor pertencente ao período não coberto registrado na rubrica PPNG no passivo.

Planos Assistência Médica Hospitalar

Planos Individuais	R\$ 752.655,39
Planos Coletivos	R\$ 1.064.340,59
(-) Provisão Perdas Sobre Créditos	<u>(R\$ 305.653,39)</u>
Total a Receber	R\$ 1.511.342,59





NOTA 06: Bens e Títulos a Receber

Bens e Títulos a Receber referem-se a adiantamentos fornecedores de bens e serviços conforme relacionado a seguir:

Adiantamento Serviços Médicos	R\$ 2.548.685,26
Adiantamentos Diversos	R\$ 235.334,19
Outros Créditos	<u>R\$ 73.787,32</u>
Total Bens e Títulos	R\$ 2.857.806,77

NOTA 07: Realizável a Longo Prazo

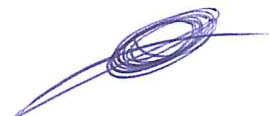
O grupo de realizável à longo prazo está composto por depósitos judiciais referentes a processos civil, fiscais e Ressarcimento ao SUS e uma aplicação financeira não vinculado, estando suportados por depósitos quando solicitado. Conforme abaixo relacionado.

Aplicação Não Vinculada	R\$ 26.173,26
Créditos Tributários	R\$ 14.771,57
Depósitos Judiciais – Eventos / SUS	R\$ 735.781,08
Depósitos Judiciais Tributos	R\$ 340.347,46
Depósitos Judiciais Cível	<u>R\$ 268.291,49</u>
Total Realizável L. Prazo	R\$ 1.385.364,86

NOTA 08: Depósitos Judiciais e Fiscais

O montante de R\$ 1.344.420,03 referente aos depósitos judiciais foram constituídos quando solicitados em garantia das ações de acordo com nosso departamento jurídico. Inclusive ressarcimento ao SUS.

NOTA 09: Imobilizado



O Imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição ou valor de aquisição. As taxas de depreciações usadas variam de 4% (quatro por cento) a 20% (vinte por cento). A Entidade não realizou o “impermanent” de seus ativos por achar que não há necessidade de fazê-lo. O imobilizado está composto como segue:

IMOBILIZADO	2017	Aquisição	Baixa	2018
Máquinas e Equipamentos	1.525.322,36			1.525.322,36
Equipamentos de Processamento Dados	217.075,21	23.468,72	1.577,11	238.966,82
Móveis e Utensílios	195.375,68			195.375,68
Veículos	574.449,88	430.500,00	486.000,00	518.949,88
Outras Imobilizações	73.274,36			73.274,36
SUB TOTAL	2.585.497,49	453.968,72	487.577,11	2.551.889,10
(-) DEPRECIAÇÃO	(1.098.262,68)			(777.049,41)
TOTAL IMOBILIADO	1.487.234,81			1.774.839,69

NOTA 10: Provisão Técnicas

As Provisões Técnicas são exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo contabilizada de acordo com a regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável. Para atender a Resolução Normativa RN 393 de 09 de dezembro de 2015, essas provisões também são lastreadas por aplicações não vinculadas.

10. a) Provisão Para Contraprestações Não Ganha

Os valores registrados na conta de *Provisão para Contraprestações Não Ganha* no montante de R\$ 870.190,19, refere-se ao faturamento das mensalidades dos planos individuais e empresarias emitido no mês, porém, a cobertura do risco se dará no mês seguinte, quando serão registros no grupo de receitas. Esses valores são contabilizados dessa forma de acordo com a RN 418, de 28 de dezembro de 2016, atendendo ao regime de competência.

10. b) Ressarcimento ao SUS

O ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 1.832.352,42, que vem sendo cobrado da operadora refere-se a atendimento aos usuários da operadora em rede hospitalar e UPA's, informações essas extraídas do site da Agência Nacional da Saúde - ANS. Esses atendimentos quando cobrado indevidamente pela Agência Nacional da Saúde são recursados aguardando decisão da mesma e quando realmente devido esses atendimentos os avisos de cobranças são pagos. Estão compostos como segue:

Ressarcimento ao SUS - GRU

R\$ 1.141.555,26

Ressarcimento ao SUS Parcelamento Curto Prazo	R\$ 104.314,44
Ressarcimento ao SUS – (% hc X ABI)	R\$ 280.742,35
Ressarcimento ao SUS Parcelamento Longo Prazo	<u>R\$ 305.740,37</u>
Total Ressarcimento ao SUS	R\$ 1.832.352,42

10. c) Provisão Para Eventos a Liquidar

A Provisão Para Eventos a Liquidar refere-se aos gastos assistenciais ocorridos no período para atendimento aos usuários gerado pela rede credenciada liquidados no máximo em 60 dias de acordo com as normas da Agência Nacional da Saúde – ANS, perfazendo um total de R\$ 1.664.687,08, sendo lastreados por aplicações financeiras vinculadas.

10. d) Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Estão constituídos em conformidade com a Resolução RN 393 da ANS, de 09/12/2015, registradas em contas próprias do Passivo, cujo montante no valor de R\$ 3.490.722,98 (três milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos) refere-se a Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) a qual é calculada através da metodologia própria. Essa provisão está garantida com aplicações constantes na nota explicativa número 4 item b.

NOTA 11: Tributos e Contribuições a Recolher

Essas provisões referem-se a tributos e impostos a recolher calculados de acordo com a legislação federal e serão liquidados no mês seguinte, sendo alguns deles calculados sobre o faturamento como o PIS, COFINS e ISSQN e outros sobre o Lucro do período como a Contribuição Social e Imposto de renda, além de impostos retidos na fonte.

Imposto Sobre Serviços	R\$ 29.303,14
Cofins / PIS	R\$ 51.251,34
Outros Impostos a Recolher	R\$ 73.367,74
Impostos Retidos	<u>R\$ 291.459,20</u>
TOTAL	R\$ 445.381,42

NOTA 12 – Empréstimos e Financiamentos

Esses valores referem-se a empréstimos LEASING contraídos pela operadora para aquisição de equipamentos e veículos e estão representados pelo valor de aquisição mais os juros incidentes

sobre os valores liberados, sendo parte registrada no curto prazo e o que vai vencer além do exercício seguinte no longo prazo conforme abaixo apresentado.

Empréstimos curto prazo	R\$ 73.902,17
Empréstimos – Outros	R\$ 118.127,84
Empréstimos longo prazo	<u>R\$ 281.358,30</u>
TOTAL Empréstimos Curto/Longo Prazo	R\$ 473.388,31

NOTA 13: Débitos Diversos

Esse grupo está representando o valor dos Salários a Pagar e a Provisões de Férias, está última constituída em montante suficiente para fazer frente às obrigações com os funcionários, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais o adicional de um terço até a data do balanço.

Salários a Pagar	R\$ 102.129,00
Provisão de Férias e Encargos	R\$ 281.554,16
Fornecedores Materiais e Serviços	<u>R\$ 184.453,84</u>
TOTAL	R\$ 568.137,00

Provisão de Contingências Passivas

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC T 19.7, aprovado pela Resolução CFC 1.180/09 e CPC 25. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da empresa, movidos por terceiros, mediante ações cíveis e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. A Operadora não possui contingência classificada como provável, portanto não constituiu provisão nos registros contábil, e as classificadas como possível são apresentados a seguir:

Tributário	R\$ 2.854.970,05
TOTAL	R\$ 2.854.970,05

NOTA 14: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, está composto pelo Capital Social, Reservas e Resultado do Exercício, composto como segue:

Capital Social	R\$ 510.000,00
Adiantamento Para Aumento Capital	R\$ 3.915.000,00
Reserva de Lucros	<u>R\$ 3.547.455,65</u>
TOTAL Patrimônio	R\$ 7.972.455,65

A Agência Nacional da Saúde – ANS, de acordo com o artigo 6º da Resolução Normativa RN 209/2009, exige que as operadoras de planos de saúde constituam a Margem de Solvência, que deve ser calculado sobre as contraprestações ou eventos indenizáveis que representa o patrimônio líquido da Operadora. Em 31 de dezembro de 2018 a Saúde Santa Tereza atendeu a margem de solvência de acordo com o que estabelece essa resolução.

NOTA 15: Conciliação do Fluxo de Caixa Operacional

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 03 – Item 22, apresentamos a seguir a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Plano de Saúde Santa Tereza

Conciliação da Demonstração do Fluxo de Caixa	2018	2017
Lucro do exercício	588.403	608.992
Provisão para perdas sobre créditos	(21.326)	692.945
Depreciação e Amortização	164.787	122.061
Ajuste de Contas Patrimoniais		276.629
Varição da PEONA	502.988	284.940
Provisão de Premio / Contraprestação Não ganha - PPCNG	121.075	(59.429)
Provisão Para Eventos a Liquidar SUS	116.036	33.586
(Aumento) diminuição em ativos operacionais	(2.985.121)	(3.155.804)
Aplicações	(1.363.127)	(2.386.665)
Contraprestações Pecuniária	400.188	(253.029)
Créditos Tributários	(741)	33.049
Bens e Títulos a Receber	(1.756.811)	(696.860)
Aplicações Longo Prazo	6.656	38.790
Depósitos Judiciais	(271.286)	108.910
Outros Créditos a Receber Longo Prazo		
Aumento (diminuição) em passivos operacionais	381.703	(785.922)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	384.378	971
Tributos e Encargos Sociais	192.176	159.021
Débitos Diversos	(486.840)	234.376
Provisões de Tributos e Contribuições Longo Prazo		(405.060)
Provisões Técnicas e Eventos a Liquidar	218.829	(775.229)
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Receitas Antecipadas	73.160	
Caixa Líquido das atividades operacionais	(1.131.455)	(1.982.002)

NOTA 16: Eventos Subsequente

Não é do conhecimento da Administração, até a presente data, de qualquer evento subsequente que possa vir a afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Entidade no próximo exercício.

Campinas, 31 de dezembro de 2018.



GUILHERME MEDEIROS PRADO
DIRETOR



LUCIANO FONTANA GRIPPA
CONTADOR CT CRC 1SP 182870/O-3



SAÚDE SANTA TEREZA LTDA. C.N.P.J 05.029.064/0001-39 BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 e 2017 (EM REAIS)		2018	2017	Notas	2018	2017
P A S S I V O						
CIRCULANTE						
		14.906.452	12.267.884		9.507.102	8.590.100
Disponível		86.842	204.522		7.552.212	6.427.735
Realizável		14.819.510	12.063.362	10.a	870.190	749.115
Aplicações	4	10.416.142	9.053.016	10.b	1.526.612	1.410.576
Aplicações Garantidoras a Provisões Técnicas		9.664.404	7.878.495	10.c	1.664.687	1.280.309
Aplicações Livres		751.739	1.174.521	10.d	3.490.723	2.987.735
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.511.343	1.875.774		691.443	618.283
Contraprestações Pecuniária/Prêmio a Receber	5	1.511.343	1.875.774		57.899	20.432
Créditos Tributários e Previdenciários		34.318	33.577	11	445.381	290.672
Bens e Títulos a Receber	6	2.857.807	1.100.996	12	192.030	178.001
ATIVO NÃO CIRCULANTE				13	588.137	1.054.977
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	3.160.205	2.607.969		587.099	146.701
Aplicações Livres		1.385.365	1.120.735		587.099	146.701
Créditos Tributários e Previdenciários		26.173	32.829		305.740	86.911
Títulos e Créditos a Receber		14.772	14.772	10.b	305.740	86.911
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	1.344.420	1.073.134	12	281.358	59.790
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Provisões Técnicas de Assistência Médica Hospitalar						
Provisão Para Eventos Sinistros a Liquidar						
Empréstimos e Financiamentos a Pagar						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9					
Capital Social		1.774.840	1.487.235		7.972.456	6.139.052
Adiantamento Para Futuro Aumento Capital		1.772.061	1.484.255		510.000	510.000
Reservas						
Reservas de Lucros		1.078.212	1.153.583		3.915.000	2.670.000
Outras Imobilizações		693.849	330.672		3.547.456	2.959.052
		2.779	2.980		3.547.456	2.959.052
TOTAL DO ATIVO		18.066.656	14.875.853		18.066.656	14.875.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


LUCIANO FONTANA GRIPPA
CONTADOR CRCISP182870/O-3


GUILHERME DE MEDEIROS PRADO
DIRETOR



SAÚDE SANTA TEREZA LTDA.
C.N.P.J 05.029.064/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 e 2017
(EM REAIS)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Plano Saúde	69.660.947	60.618.763
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	6.977.065	75.702
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	402	13.741
(+) Outros Recebimentos Operacionais	601.369	763.780
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde	57.931.420	52.041.631
(-) Pagamento de Comissões	760.521	449.344
(-) Pagamento de Pessoal	1.887.973	1.782.028
(-) Pagamentos de Pró Labore		
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	255.564	253.150
(-) Pagamento de Tributos	5.086.454	3.466.660
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	203.020	41.066
(-) Pagamentos de Aluguel	332.289	338.946
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	337.711	220.973
(-) Aplicações Financeiras	7.157.600	1.885.000
(-) Outros Pagamentos Operacionais	3.756.929	2.965.046
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(469.697)	(1.971.859)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimentos		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	164.444	164.450
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	105.652	39.778
(-) Pagamento Relativo a Ativo Diferido		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(270.097)	(204.229)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de Empréstimos/Financiamentos		
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	645.000	1.590.000
Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamento/Leasing	19.027	
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	3.860	16.909
Pagamentos de Participações no Resultado		
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	622.114	1.573.091
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(117.680)	(602.997)
CAIXA - Saldo Inicial	204.522	807.519
CAIXA - Saldo Final	86.842	204.522
Ativos Livres no Início do Período	1.379.043	3.911.510
Ativos Livres no Final do Período	838.579	1.379.043
Aumento / (Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	(540.464)	(2.532.467)



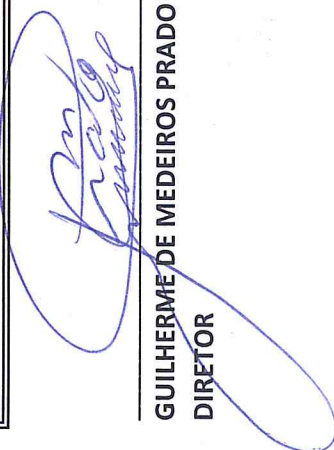
GUILHERME DE MEDEIROS PRADO
 DIRETOR

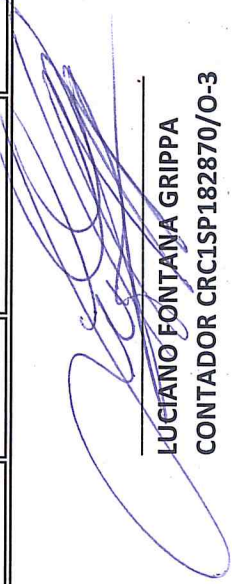


LUCIANO FONTANA GRIPPA
 CONTADOR CRC1SP182870/O-3

SAÚDE SANTA TEREZA LTDA.
C.N.P.J 05.029.064/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 e 2017
(EM REAIS)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento Capital	Reservas de Lucros	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	510.000	1.080.000	2.073.431	3.663.431
Lucro Líquido do Exercício			608.992	608.992
Ajuste de Exercício Anterior (Nota 16)			276.629	276.629
Adiantamento Para Futuro Aumento Capital		1.590.000		1.590.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	510.000	2.670.000	2.959.052	6.139.052
Lucro Líquido do Exercício			588.403	588.403
Adiantamento Para Futuro Aumento Capital		1.245.000		1.245.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	510.000	3.915.000	3.547.456	7.972.456


GUILHERME DE MEDEIROS PRADO
DIRETOR


LUCIANO FONTANA GRIPPA
CONTADOR CRC1SP182870/O-3



SAÚDE SANTA TEREZA LTDA. C.N.P.J 05.029.064/0001-39 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS - DRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)		
	2018	2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	65.717.241	58.139.785
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	66.661.205	58.944.513
Contraprestações Líquidas	66.661.205	58.944.513
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(943.964)	(804.728)
Eventos Sinistros Indenizáveis Líquidos	(60.291.629)	(52.541.307)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(59.788.641)	(52.256.367)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(502.988)	(284.940)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	5.425.612	5.598.478
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(335.611)	(906.665)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(356.937)	(213.720)
Provisão para Perdas sobre Créditos	21.326	(692.945)
RESULTADO BRUTO	5.090.001	4.691.813
Despesas de Comercialização	(808.991)	(541.851)
Despesas Administrativas	(4.133.686)	(4.042.858)
RESULTADO OPERACIONAL	147.324	107.104
Resultado Financeiro Líquido	581.832	779.248
Receitas Financeiras	818.954	980.476
Despesas Financeiras	(237.122)	(201.228)
Resultado Patrimonial	126.000	
Receitas Patrimoniais	126.000	
Despesas Patrimoniais		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	855.157	886.352
Imposto de Renda	(189.789)	(197.588)
Contribuição Social	(76.964)	(79.772)
RESULTADO LÍQUIDO	588.403	608.992

Reconhecemos a exatidão da presente demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.


GUILHERME DE MEDEIROS PRADO
 DIRETOR


LUCIANO FONTANA GRIPPA
 CONTADOR CRC1SP182870/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras do **Saúde Santa Tereza Ltda.**, relativas ao exercício de 2017 e 2018 de acordo com a Legislação vigente. Apesar do cenário macroeconômico adverso, a Operadora continua confiante no desenvolvimento do setor de saúde suplementar no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos a preços competitivos, através do gerenciamento de seus custos, visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

A Diretoria

Campinas, 18 de março de 2019.



GUILHERME DE MEDEIROS PRADO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

SAÚDE SANTA TEREZA LTDA

CNPJ n.º 05.029.064/0001-39

Registro junto à ANS sob o n.º 41493-0

Campinas – SP.

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **SAÚDE SANTA TEREZA LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **SAÚDE SANTA TEREZA LTDA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis da entidade **SAÚDE SANTA TEREZA LTDA**, em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 16 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

AUDIOESP

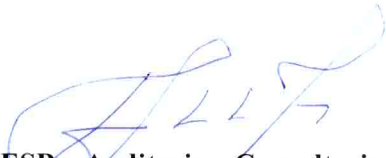
AUDITORIA E CONSULTORIA

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

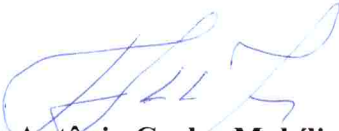
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de março de 2019.



AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S/S.
CRC n.º 2SP013587/O-8
CVM n.º 7218



Antônio Carlos Mabília.
CTCRC 1SP044192/O-4
Inscrito no CNAI sob n.º. 48.